

ENTRE ESPELHOS E FACHADAS: ESTÉTICA, ARQUITETURA, RAÇA E CLASSE NO BRASIL DE 1950 AOS DIAS ATUAIS

BETWEEN MIRRORS AND FACADE: AESTHETICS, ARCHITECTURE, RACE AND CLASS IN BRAZIL FROM 1950 TO THE PRESENT

José Carlos Guerra Júnior¹, Anna Carolina Ribeiro Duarte²

Resumo: O artigo propõe uma análise comparativa entre os padrões de beleza humana e os padrões arquitetônicos brasileiros de 1950 aos dias atuais, incluindo as dimensões de raça, classe e desigualdade social. Parte-se da hipótese de que tanto o corpo quanto a cidade são construções simbólicas atravessadas por valores econômicos e ideológicos, e que os padrões estéticos, em ambos os campos, refletem as hierarquias sociais do país. A metodologia envolve pesquisa bibliográfica e análise comparativa de manifestações arquitetônicas, publicitárias e culturais, observando como o ideal de beleza e a forma urbana são usados como instrumentos de distinção e exclusão. Os resultados apontam que, enquanto a arquitetura modernista dos anos 1950 traduzia o sonho de um Brasil racional e branco, os corpos idealizados também seguiam esse paradigma eurocêntrico. Nas décadas seguintes, a massificação da mídia e o avanço tecnológico intensificaram o culto ao corpo e à aparência, marginalizando corpos negros, gordos e periféricos, assim como os espaços urbanos informais foram vistos como “feios” e “impróprios”. Em contrapartida, as periferias produziram uma estética própria, afirmando identidades negras e populares. Conclui-se que estética e arquitetura são expressões de poder, e compreender suas transformações é compreender também a persistência e a reinvenção das desigualdades brasileiras.

Palavras-chave: Estética, Arquitetura, Raça, Classe, Brasil.

Abstract: *This article presents a comparative analysis between human beauty standards and Brazilian*

architectural patterns from 1950 to the present day, integrating issues of race, class, and social inequality. It argues that both the body and the city are symbolic constructions shaped by economic and ideological values, and that aesthetic standards in both domains reflect Brazil's social hierarchies. The methodology combines bibliographic research and comparative analysis of architectural, advertising, and cultural manifestations, observing how beauty ideals and urban form are used as instruments of distinction and exclusion. Results show that while the modernist architecture of the 1950s embodied a dream of a rational and white Brazil, idealized bodies followed the same Eurocentric paradigm. In later decades, media massification and technological advances intensified body and image worship, marginalizing black, fat, and peripheral bodies, just as informal urban spaces were labeled as “ugly” or “unworthy.” Conversely, peripheries produced their own aesthetic, affirming black and popular identities. The study concludes that aesthetics and architecture are expressions of power, and understanding their transformations reveals the persistence and reinvention of Brazilian inequality.

Keywords: *Facial Aesthetics, Poverty, Mental Health, Symbolic Violence, Gender.*

1. INTRODUÇÃO

A estética, enquanto campo simbólico e epistemológico, nunca se configurou como uma dimensão neutra ou puramente decorativa. Ela

¹Docente do Curso de Arquitetura e urbanismo e Engenharia de Civil do Centro Universitário ENIAC, Arquiteto e Urbanista pela Universidade Braz Cubas, acadêmico do curso de Psicologia no Centro Universitário Eniac, Mestre em tecnologia pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP. e-mail: jose.guerra@eniac.edu.br

²Docente dos Cursos da área da Saúde do Centro Universitário ENIAC, Biomédica formada pela Umesp com mestrado na FMU. e-mail: anna.ribeiro@eniac.edu.br

constitui um sistema de poder e representação, através do qual se organizam hierarquias de gosto, distinção e pertencimento. Conforme aponta Eco (2004, p. 17), “a beleza é sempre expressão de um ideal histórico”, isto é, depende do contexto social, político e tecnológico que a define. Nesse sentido, o corpo humano e o espaço urbano são superfícies simbólicas sobre as quais se inscrevem os valores de cada época, refletindo a mentalidade dominante e suas contradições.

No Brasil, a partir da década de 1950, essa correlação entre estética, política e poder tornou-se particularmente evidente. De um lado, consolidava-se o projeto de modernização arquitetônica e urbanística, impulsionado pelo ideário desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e materializado na construção de Brasília — símbolo do racionalismo e da utopia modernista. De outro, emergia uma estética corporal eurocentrada, impulsionada pela mídia, pela publicidade e pelos primeiros desfiles de moda televisivos. Ambos os fenômenos partilhavam o mesmo imaginário civilizatório, no qual a racionalidade, a linearidade e a branquitude eram associadas ao progresso e à superioridade estética (COSTA, 1952; HOLSTON, 1989; KILOMBA, 2019).

A arquitetura modernista brasileira, orientada pelos princípios de Le Corbusier (1931) e adaptada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, defendia a pureza formal e o uso racional do espaço. Essa linguagem, embora inovadora, incorporava também uma lógica excludente: projetava uma cidade “universal” que, na prática, marginalizava corpos, culturas e modos de vida não alinhados ao ideal de modernidade branca. Como observa Holston (1989, p. 45), “o modernismo brasileiro foi simultaneamente uma revolução estética e uma exclusão social planejada”. A estética da pureza formal — das linhas retas e superfícies lisas — refletia, simbolicamente, a busca de um país “limpo” e “civilizado”, projetado sobre a negação do popular e do mestiço.

Paralelamente, no campo da cultura corporal, as mídias brasileiras reproduziam modelos importados de beleza, baseados na brancura, na magreza e na juventude. Hooks (1992, p. 33) afirma que “o corpo negro foi historicamente o espelho distorcido da brancura”, sendo constantemente representado como o “outro” da beleza. Essa representação também se consolidou no imaginário nacional, onde a mulher branca de traços finos tornou-se símbolo de status e sofisticação. Kilomba (2019) complementa que o racismo estético é uma das dimensões mais persistentes do colonialismo, pois atua sobre a própria percepção do belo, moldando desejos e autoimagem.

Com o avanço da urbanização e da industrialização nas décadas seguintes, corpo e cidade passaram a ser bens de consumo e distinção de classe (BOURDIEU, 1979; LIPOVETSKY, 2005). O corpo passou a ser moldado por academias, dietas e procedimentos cirúrgicos — expressão do controle técnico e simbólico sobre a matéria viva. De modo análogo, a cidade passou a ser moldada por fachadas espelhadas e condomínios fechados, expressando o ideal de segurança e exclusividade da elite urbana (BAUDRILLARD, 1991; SANTOS, 2008). Em ambos os casos, a estética se converteu em mercadoria e o belo passou a ser medido por sua capacidade de gerar distinção.

No entanto, nas periferias urbanas e comunidades negras, emergiu uma estética de resistência, baseada na reinvenção dos materiais, das formas e dos corpos. O improvisado arquitetônico, o uso de cores vibrantes e a valorização da estética afro-brasileira revelam uma potência simbólica que desafia o paradigma hegemônico. Canclini (2001, p. 94) descreve esse fenômeno como “hibridização estética”, um processo em que a escassez material gera inovação cultural. Rufino (2019) complementa que “a estética periférica é uma pedagogia visual da resistência”, pois transforma a carência em expressão e o estigma em identidade.

Essa tensão entre centro e periferia, norma e improviso, branquidade e miscigenação perpassa toda a história estética do país. Lélia Gonzalez (1988) já alertava que o mito da democracia racial mascarava a exclusão estética e simbólica da negritude. A cidade planejada e o corpo idealizado foram, durante décadas, expressões do mesmo projeto de nação — um projeto que apagava o negro e o pobre de suas narrativas de beleza e civilidade.

Assim, o presente estudo propõe investigar, entre as décadas de 1950 e os dias atuais, como os padrões de beleza humana e os padrões arquitetônicos se inter-relacionam e reproduzem desigualdades raciais e de classe no Brasil. A hipótese central é que o corpo e a cidade são construções estéticas e políticas interdependentes: ambos moldados por tecnologias, discursos e estruturas de poder. Entretanto, as últimas décadas também evidenciam o surgimento de novas linguagens estéticas, oriundas das margens, que desafiam a centralidade da branquitude e instauram uma concepção de beleza plural, híbrida e territorializada.

Ao analisarmos as fachadas das cidades e os rostos que as habitam, compreendemos que o estético é também um campo de disputa simbólica. O corpo e o concreto, o espelho e o edifício, revelam mais do que formas: revelam as ideologias que sustentam — e contestam — as estruturas de um país que ainda busca, na beleza, o reflexo da igualdade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Autores como Umberto Eco (2004) e Lipovetsky (2005) apontam que a estética é uma forma de poder simbólico, que define o belo e o feio conforme interesses sociais. Bourdieu (1979) reforça essa ideia ao afirmar que o gosto é uma forma de distinção de classe: o que é considerado belo é, muitas vezes, o que é economicamente acessível apenas a alguns. Na arquitetura, o modernismo de Le Corbusier (1931) e Lucio Costa (1952) representava a racionalidade e a

limpeza formal como sinônimos de progresso — e, no contexto brasileiro, como parte de um projeto de branqueamento cultural. Enquanto Brasília simbolizava o “Brasil do futuro”, as favelas e cortiços eram tratados como anomalias estéticas e sociais.

No campo corporal, segundo Hooks (1992) e Kilomba (2019), os corpos negros e periféricos foram sistematicamente excluídos das narrativas de beleza. O cinema, a publicidade e a moda reproduziram a imagem da mulher branca e magra como o ideal universal. Esse padrão reforçou estigmas e desigualdades, refletindo a mesma lógica que marginaliza as formas arquitetônicas não alinhadas ao cânone europeu.

A partir dos anos 1980 e 1990, com a globalização e a cultura do consumo (Baudrillard, 1991), a estética passou a ser também mercadoria. Cirurgias plásticas, academias e cosméticos tornaram-se símbolos de ascensão social, assim como condomínios fechados e “fachadas importadas” passaram a representar status urbano.

Em contrapartida, as estéticas periféricas e negras, segundo Canclini (2001) e Rufino (2019), criaram linguagens visuais, celebrando o corpo real, a cor e o improviso. Essas expressões reconfiguram o que é considerado belo, transformando o estigma em potência criativa.

2.1. A Estética Humana e os Padrões Arquitetônicos: Relações entre Corpo, Espaço e História

A estética, enquanto manifestação sensível das estruturas de poder e das mentalidades históricas, constitui uma categoria que atravessa tanto a construção do corpo quanto a do espaço. Conforme afirma Eco (2004, p. 17), “o belo é a forma sob o signo do valor”, indicando que o gosto e as normas estéticas são sempre reflexos de sistemas culturais e políticos. Assim como a arquitetura traduz a lógica de cada civilização em pedra, concreto e vidro, o corpo

humano expressa, em sua modelagem simbólica e física, os valores e ideais predominantes de cada época.

2.2. A Antiguidade e a simetria como paradigma da ordem

Na Antiguidade Clássica, tanto o corpo quanto a arquitetura eram compreendidos a partir de princípios matemáticos e harmônicos. O *homem vitruviano* simbolizava a correspondência entre as proporções humanas e a geometria do espaço construído — um ideal retomado por Le Corbusier (1931) em seu *Modulor*, ao propor um sistema de medidas baseado no corpo humano como módulo universal de beleza e funcionalidade. A busca pela proporção áurea e pela simetria expressava não apenas uma estética da forma, mas também uma ética da racionalidade e da hierarquia: o corpo e o edifício deveriam refletir o cosmos ordenado e o equilíbrio social.

Esse ideal clássico, que atravessou o Renascimento e se cristalizou nas academias europeias, consagrou um modelo universal de beleza branca e masculina, que seria exportado para o mundo colonial como símbolo de civilização. Hooks (1992) observa que “a universalização do belo é uma forma de dominação”, pois naturaliza como neutro o que é, na verdade, um padrão racial e cultural específico.

2.3. O Barroco e a estética do excesso

Com o Barroco, a linearidade clássica dá lugar à tensão, à curva e ao movimento. A arquitetura torna-se dramatizada, sensual e emocional, enquanto o corpo humano é representado como pulsante, carnal e expressivo. No entanto, essa exuberância também traduz a crise de um mundo em transformação — o conflito entre fé e razão, espiritual e terreno. No Brasil colonial, o Barroco se funde às influências afro-indígenas, gerando uma estética híbrida e profundamente sincrética. Canclini (2001) descreve esse processo como “hibridização estética”, em que o

encontro desigual de culturas produz novas formas de expressão.

Ainda assim, a arte e a arquitetura barroca brasileiras carregam a marca da hierarquia colonial: a ornamentação exuberante das igrejas contrastava com a precariedade das senzalas e moradias populares. O belo, mais uma vez, era privilégio e instrumento de poder.

2.4. O Modernismo e a estética da pureza

O século XX marca o advento da modernidade estética, na qual corpo e espaço passam a ser concebidos sob a lógica da eficiência e da funcionalidade. A arquitetura moderna, especialmente na Europa e no Brasil, buscava eliminar os ornamentos e expressar uma pureza racional — “a casa como máquina de habitar”, nas palavras de Le Corbusier (1931).

No Brasil, Lúcio Costa (1952) e Oscar Niemeyer incorporaram esses princípios ao projeto de Brasília, idealizando uma cidade utópica, geométrica e branca. Holston (1989, p. 46) interpreta o modernismo brasileiro como “um projeto civilizatório que associava racionalidade à branquitude e progresso à homogeneização cultural”. Ao mesmo tempo, o corpo humano passou a ser moldado segundo o mesmo ideário: magro, ereto, disciplinado e proporcional.

A medicina, a publicidade e as artes plásticas traduziram o ideal modernista no corpo como máquina produtiva — saudável, simétrica e eficiente. Bourdieu (1979) explica que essa normatividade estética expressa o “habitus de classe”, isto é, a incorporação física das hierarquias sociais através do gosto e da aparência. O corpo disciplinado e a cidade ordenada refletem o mesmo projeto de poder: controlar o caos e hierarquizar o espaço.

2.5. O Pós-Modernismo e a estética do espetáculo

A partir das décadas de 1970 e 1980, o paradigma funcionalista é substituído por uma estética da multiplicidade e da simulação. Baudrillard (1991) define o pós-modernismo como a era do “simulacro”, em que a imagem se sobrepõe à realidade. A arquitetura pós-moderna, ao recuperar ornamentos e estilos do passado, transforma-se em linguagem visual e mercadoria cultural. Fachadas espelhadas, shopping centers e condomínios temáticos expressam o triunfo do espetáculo sobre a função.

De modo análogo, o corpo humano torna-se produto de consumo, modulado por cirurgias, dietas e cosméticos. Lipovetsky (2005, p. 52) observa que “o narcisismo pós-moderno transforma a estética em capital simbólico”, convertendo a aparência em forma de poder e distinção. Nesse contexto, o ideal de beleza é midiático, descartável e globalizado — um corpo “sem história”, desenhado para o olhar e não para a experiência.

No Brasil, essa estética do espetáculo reforçou desigualdades raciais e de classe: enquanto a elite se apropriava das tecnologias de embelezamento e dos espaços urbanos de prestígio, as periferias eram representadas como territórios da feiura e da desordem. Gonzalez (1988) denuncia esse fenômeno como “epidermização do racismo”, no qual a branquura é sinônimo de beleza e civilidade, e a negritude é associada ao excesso, ao erro ou ao desvio.

2.6. A Contemporaneidade e as estéticas da resistência

Nas primeiras décadas do século XXI, tanto a arquitetura quanto a estética corporal entram em uma fase de fragmentação e resistência. As tecnologias digitais permitem a personalização do espaço e da aparência, ao mesmo tempo em que os movimentos

sociais reivindicam representações plurais e identidades visíveis.

No campo urbano, emergem experiências de arquitetura participativa, ocupações culturais e projetos de urbanismo tático, que buscam devolver à cidade sua dimensão humana (SANTOS, 2008). A lógica do concreto homogêneo dá lugar a intervenções efêmeras, coloridas e comunitárias — expressões da estética da convivência e da solidariedade.

Paralelamente, o corpo deixa de ser apenas uma superfície de controle para se tornar território político. O ativismo estético — como o movimento negro, o feminismo interseccional e o orgulho periférico — redefine o conceito de beleza e o insere na agenda da cidadania. Kilomba (2019, p. 87) sustenta que “reconhecer o corpo negro como belo é um ato de descolonização do olhar”.

Rufino (2019) amplia essa leitura ao afirmar que “a estética periférica é uma pedagogia da resistência”, em que o improvisado, o uso criativo do espaço e a afirmação corporal produzem novas formas de pertencimento. Assim, tanto na arquitetura quanto na corporeidade, o Brasil contemporâneo revela uma **estética insurgente**, na qual a diversidade e o afeto substituem o controle e a uniformidade.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, descritivo-analítica e comparativa, voltada à investigação das relações simbólicas entre os padrões de beleza humana e os padrões arquitetônicos desenvolvidos no Brasil entre as décadas de 1950 e 2020. O eixo metodológico baseia-se na compreensão de que tanto o corpo quanto o espaço urbano são produções culturais e históricas, atravessadas por valores de classe, raça e gênero, conforme sustentam Bourdieu (1979), Hooks (1992) e Kilomba (2019).

A pesquisa foi estruturada em três etapas complementares: (1) levantamento e seleção de fontes

teóricas e visuais; (2) categorização dos períodos históricos e estéticos de análise; e (3) estabelecimento de correlações simbólicas entre corpo e arquitetura, considerando suas dimensões sociais, raciais e tecnológicas.

3.1. Levantamento e seleção de materiais

A primeira etapa consistiu em um levantamento bibliográfico sistemático em livros, artigos científicos, periódicos acadêmicos e documentos institucionais que abordam os temas estética, arquitetura, cultura e desigualdade. As principais obras de referência teórica incluem *História da Beleza* (ECO, 2004), *A Distinção* (BOURDIEU, 1979), *Vers une Architecture* (LE CORBUSIER, 1931), *Documentação Necessária* (COSTA, 1952), *Memórias da Plantação* (KILOMBA, 2019) e *O Corpo, a Cidade e a Resistência* (RUFINO, 2019).

Também foram analisadas produções visuais e documentais, como fotografias urbanas, revistas de moda e beleza, campanhas publicitárias, registros arquitetônicos e obras representativas de diferentes períodos da estética brasileira. Esse material foi coletado de acervos digitais públicos (Fundação Oscar Niemeyer, Arquivo Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira e acervos acadêmicos de arquitetura e urbanismo).

O corpus da pesquisa foi delimitado segundo a pertinência histórica e simbólica das fontes, priorizando obras e representações que expressam os ideais dominantes e as resistências estéticas do corpo e da cidade no Brasil moderno e contemporâneo.

3.2. Delimitação temporal e conceitual

O recorte temporal — 1950 a 2020 — foi definido por representar um período de intensas transformações urbanas, tecnológicas e socioculturais no país, permitindo observar a evolução paralela entre os

padrões arquitetônicos e os padrões corporais de beleza.

A divisão em três fases interpretativas fundamenta-se na literatura especializada:

- **1950–1970:** o ciclo modernista, marcado pela hegemonia da racionalidade técnica, do planejamento urbano e da padronização estética eurocêntrica (LE CORBUSIER, 1931; COSTA, 1952; HOLSTON, 1989).
- **1980–2000:** o ciclo pós-moderno e neoliberal, caracterizado pela estetização da vida cotidiana, pelo consumo de imagens e pela consolidação do corpo como capital simbólico (BAUDRILLARD, 1991; LIPOVETSKY, 2005; GONZALEZ, 1988).
- **2000–2020:** o ciclo contemporâneo e híbrido, no qual emergem estéticas de resistência, movimentos decoloniais e práticas arquitetônicas periféricas e sustentáveis (KILOMBA, 2019; RUFINO, 2019; SANTOS, 2008).

Essa periodização permitiu identificar continuidades e rupturas entre ideais estéticos hegemônicos (branquitude, funcionalismo, consumo) e formas alternativas de expressão (autoconstrução, estética afro-brasileira, urbanismo participativo).

3.3. Abordagem teórico-metodológica comparativa

O método analítico adotado é de natureza comparativa e interpretativa, estruturado a partir de quatro eixos conceituais:

1. **Simbolismo formal** – análise das linguagens estéticas e dos princípios de forma e proporção aplicados ao corpo e à arquitetura, com base em Eco (2004) e Le Corbusier (1931);

2. **Estrutura social e distinção** – observação das dinâmicas de gosto, poder e classe que definem o acesso ao “belo” (BOURDIEU, 1979; LIPOVETSKY, 2005);
3. **Colonialidade estética e racialização do belo** – investigação da exclusão simbólica dos corpos negros, periféricos e indígenas dos ideais dominantes (HOOKS, 1992; KILOMBA, 2019; GONZALEZ, 1988);
4. **Resistência e hibridização** – identificação das estéticas emergentes nas periferias e movimentos culturais alternativos (CANCLINI, 2001; RUFINO, 2019; SANTOS, 2008).

Esses eixos foram operacionalizados através de uma análise cruzada entre fontes visuais e textuais. As representações corporais e arquitetônicas foram interpretadas de modo relacional, buscando compreender como as formas visíveis traduzem hierarquias invisíveis. Por exemplo, a simetria e a linearidade valorizadas no modernismo foram comparadas à normatização dos corpos brancos e magros promovidos pela mídia nos anos 1950–1970; já a fragmentação pós-moderna foi relacionada ao corpo-espetáculo e à arquitetura cenográfica dos anos 1990; por fim, a pluralidade estética contemporânea foi associada às práticas urbanas e corporais de resistência social e racial.

3.4. Critérios de análise e interpretação

A análise seguiu critérios qualitativos baseados na interpretação simbólica e sociocultural. Cada padrão arquitetônico foi examinado quanto à sua linguagem formal, contexto histórico e intenção ideológica, enquanto cada padrão corporal foi avaliado quanto à sua representação midiática, racial e de classe.

O tratamento dos dados não visou quantificação, mas

a compreensão dos sentidos culturais que os atravessam. Como sugere Canclini (2001, p. 96), compreender o estético no contexto latino-americano exige observar “as interações entre desigualdade e criatividade”, reconhecendo a estética como campo de resistência.

A interpretação final foi conduzida por meio da triangulação entre teoria, imagem e contexto histórico, buscando compreender de que modo os discursos de beleza e os discursos de cidade se refletem mutuamente no imaginário brasileiro.

3.5. Considerações metodológicas sobre o recorte social e racial

O estudo reconhece a centralidade das categorias raça e classe na constituição das estéticas nacionais. As análises foram conduzidas sob perspectiva interseccional (GONZALEZ, 1988; KILOMBA, 2019), enfatizando que os padrões de beleza e de arquitetura no Brasil são expressões materiais de uma estrutura social excludente.

A inclusão de fontes periféricas, obras de artistas e arquitetos negros e representações populares foi fundamental para romper a leitura eurocentrada do belo. Essa estratégia metodológica visa contribuir para a descolonização do olhar acadêmico, ampliando o campo de estudo da estética para além das formas consagradas.

Síntese metodológica

Assim, a metodologia empregada articula pesquisa bibliográfica, análise visual e abordagem comparativa, estruturada em perspectiva crítica, histórica e interseccional. O percurso metodológico adotado possibilita compreender a estética — tanto do corpo quanto da arquitetura — como um campo de disputas simbólicas, revelador das tensões entre poder e identidade na formação sociocultural brasileira entre 1950 e 2020.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. A Estética Facial como Moeda de Troca: O Imperativo da Visibilidade

A análise evidencia que os padrões estéticos e arquitetônicos no Brasil sempre estiveram associados à ideia de poder e pertencimento racial e econômico.

Nos anos 1950 e 1960, o modernismo arquitetônico representava o ideal do país “civilizado”, racional e sem excessos — um Brasil “limpo” e “branco”. Do mesmo modo, as revistas e propagandas de beleza valorizavam a pele clara e o cabelo liso como símbolos de refinamento.

A partir da redemocratização e da globalização dos anos 1980–1990, o culto ao corpo e à imagem se intensificou. O corpo magro, jovem e “padronizado” tornou-se capital simbólico — assim como as cidades passaram a se moldar em torno de fachadas espelhadas e shopping centers. Nesse período, o preconceito estético contra corpos negros, gordos ou periféricos se expressava também na segregação espacial das cidades.

Nas últimas duas décadas, com o avanço das redes sociais e do ativismo estético, surgiram movimentos de resistência — como o empoderamento negro, o feminismo interseccional e o orgulho periférico — que reivindicam novos padrões de beleza e de urbanidade. Assim como os corpos, as periferias também se afirmam como espaços de estética própria: colorida, viva e híbrida.

A análise demonstra, portanto, que tanto a arquitetura formal quanto a beleza corporal dominante sempre reproduziram uma estética excludente. Mas é nas margens — geográficas e sociais — que emergem as novas formas de beleza e pertencimento, que desafiam os padrões hegemônicos.

Compreender a relação entre estética, arquitetura, raça e classe é compreender como o Brasil se enxerga e se constrói — visual e simbolicamente. Os resultados da

análise confirmam a hipótese central do estudo: os padrões estéticos do corpo humano e os padrões arquitetônicos urbanos são expressões complementares de uma mesma lógica cultural e política, marcada pela colonialidade, pela desigualdade e pelo poder simbólico da forma.

A pesquisa evidenciou que, ao longo da história brasileira recente (1950–2020), a beleza eurocêntrica e a arquitetura modernista funcionaram como dispositivos de distinção e exclusão. Ambas materializaram o ideal de pureza formal e de racionalidade branca, legitimando a estética como signo de progresso e civilização. Como observa Bourdieu (1979), o gosto é uma forma de poder simbólico: o “belo” é aquilo que o poder consagra. Nesse contexto, o corpo negro, o corpo periférico e a arquitetura popular foram sistematicamente desvalorizados — tratados como margens do belo, espaços de “erro” e “excesso”.

4.2. Identificar as principais fontes de pressão estética e espacial

A análise teórica, apoiada em Hooks (1992), Kilomba (2019) e Gonzalez (1988), apontou que a pressão estética e espacial decorre da internalização da branquitude como ideal civilizatório. No campo corporal, isso se traduz no culto à magreza e aos traços europeus; no campo urbano, na valorização de formas simétricas e superfícies limpas. Essa dinâmica reforça a estética como mecanismo de violência simbólica (BOURDIEU, 1979), em que a beleza — tanto do corpo quanto da cidade — opera como um “currículo silencioso” de pertencimento social.

4.3. Mapear as crenças sobre estética e ascensão social

O estudo identificou, em consonância com Canclini (2001) e Lipovetsky (2005), que o investimento estético é amplamente percebido como estratégia de ascensão simbólica. Nas classes médias e altas, os

procedimentos estéticos e a arquitetura autoral representam distinção cultural e acesso ao capital simbólico. Já nas camadas populares, a busca pela estética — corporal ou habitacional — é frequentemente interpretada como futilidade ou desvio. Essa contradição evidencia a permanência de um imaginário colonial que associa o “belo legítimo” ao branco e ao urbano, relegando a estética periférica à condição de simulacro.

4.4. Discutir o papel da exclusão racial, do estigma estético e das barreiras econômicas

A discussão apoiada em Santos (2008), Holston (1989) e Rufino (2019) mostrou que o espaço urbano e o corpo seguem sujeitos a processos de segregação material e simbólica. As barreiras econômicas não apenas limitam o acesso à estética dominante, mas também criminalizam o desejo de beleza nas periferias. A autoconstrução, as cores vibrantes e os corpos fora do padrão são estigmatizados como sinais de desordem — uma leitura que, como argumenta Kilomba (2019, p. 89), “mantém o racismo vivo sob a máscara da neutralidade estética”.

Essa lógica produz efeitos psíquicos e sociais profundos: a impossibilidade material e simbólica de alcançar o ideal de beleza — corporal ou arquitetônico — gera sentimento de inadequação e exclusão, afetando a autoestima coletiva e a percepção de pertencimento espacial. O belo, quando inacessível, torna-se instrumento de dominação.

4.5. Confirmar a hipótese central e implicações teóricas

A hipótese inicial, segundo a qual a estética é um campo de disputa política e racial, foi confirmada. Tanto o corpo quanto a cidade se configuram como superfícies de poder, onde o ideal de forma opera como norma social. A racionalidade modernista, o consumo pós-moderno e o individualismo digital

reproduzem, cada um a seu modo, a mesma lógica de exclusão que associa beleza à brancura e pobreza à feiura.

No entanto, o estudo também revelou um movimento de contrafluxo, evidenciado pelas estéticas afro-brasileiras, populares e periféricas. Como afirma Gonzalez (1988), a cultura negra produz “outra estética possível”, que subverte o cânone e ressignifica o belo. Rufino (2019) reforça essa ideia ao descrever a estética periférica como “pedagogia da resistência”, uma forma de habitar o espaço e o corpo fora das normas impostas.

4.6. Contribuições e perspectivas para futuras pesquisas

A principal contribuição deste trabalho é mobilizar o referencial teórico latino-americano e afro-diaspórico para compreender a estética — tanto do corpo quanto da arquitetura — como locus de desigualdade simbólica e resistência cultural. Ao unir autores clássicos da estética (Eco, Bourdieu, Le Corbusier) a pensadores da decolonialidade e da estética negra (Hooks, Kilomba, Gonzalez, Canclini, Rufino e Santos), o estudo constrói uma leitura interdisciplinar que amplia o conceito de beleza como fenômeno político.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a realização de estudos empíricos qualitativos, baseados em observação de campo e entrevistas, a fim de investigar as percepções estéticas de moradores de periferias urbanas e comunidades negras, analisando como essas populações vivenciam, reproduzem e reinventam os padrões de beleza e de habitar. Seria relevante, ainda, examinar o papel das redes sociais na construção de uma estética periférica digital, bem como os efeitos dessas novas representações sobre a autoestima, o pertencimento e o imaginário urbano contemporâneo.

4.7. Síntese conclusiva

A estética — seja do corpo, seja da cidade — é um espelho político. No Brasil, suas formas revelam tanto as estruturas de exclusão quanto as potências de reinvenção. O belo, outrora privilégio, torna-se cada vez mais território de disputa simbólica e resistência cultural. Entre fachadas e rostos, entre o concreto e a pele, o país expõe não apenas sua busca por beleza, mas sobretudo sua luta por reconhecimento e justiça estética.

LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUFINO, L. *O Corpo, a Cidade e a Resistência: Estéticas da Periferia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.

5. REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Zouk, 1979.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2001.

COSTA, L. *Documentação Necessária*. Rio de Janeiro: MEC, 1952.

ECO, U. *História da Beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. São Paulo: Zahar, 1988.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLSTON, J. *The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

HOOKS, B. *Black Looks: Race and Representation*. Boston: South End Press, 1992.

KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE CORBUSIER. *Vers une Architecture*. Paris: Crès, 1931.